



ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

Decisão da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos relativa às Contas da Campanha Eleitoral para a Eleição para Assembleia da Região Autónoma dos Açores 2020, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses

PA 11/ALRAA/20/2020

dezembro/2024



Índice

Índice	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria	3
2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.	3
2.1. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)	3
2.2. Receita não refletida na conta bancária de campanha (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP) ...	5
2.3. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – produto da atividade de angariação de fundos (Ponto 4.3. do Relatório da ECFP)	6
2.4. Ausência de registo de receita de campanha (Ponto 4.4. do Relatório da ECFP).....	9
2.5. Deficiências no suporte documental de algumas despesas (Ponto 4.5. do Relatório da ECFP)	10
3. Decisão	11



Lista de siglas e abreviaturas

ALRAA 2020	Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020
Candidatura	Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais (artigo 2.º, da Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro)
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
PA	Procedimento de Apreciação de Contas de Campanha Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020 do Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses
PCTP/MRPP	Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses



1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria

A ECFP concluiu a elaboração do Relatório previsto no artigoº 41.º, n.º 1, da LO 2/2005 a 06/06/2024, relativo às contas da campanha da eleição para a Assembleia da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo **Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses**, daqui em diante designado por **PCTP/MRPP**, ou apenas por **Candidatura**. Nesse seguimento, a Candidatura foi notificada nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 da mesma disposição legal, tendo exercido o seu direito de pronúncia.

Atento o procedimento previsto na LO 2/2005, cumpre proferir a decisão final no mesmo, nos termos do artigoº 43.º do citado diploma, na redação que lhe foi dada pela LO 1/2018.

Ao nível da informação financeira e do âmbito do trabalho de auditoria, objeto de relato no ponto 3. do Relatório da ECFP, remete-se para a mesma (art.º 153.º, n.º 1, 2.ª parte, do CPA), dado que as situações ali descritas ou não são controvertidas ou, sendo controvertidas, serão analisadas infra por referência ao ponto 4. do mesmo Relatório.

2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.

2.1. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)

Decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas, as quais devem ser discriminadas nos termos do artigo 12.º, n.º 3, alíneas b) e c), *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Assim, neste contexto, os documentos do processo de prestação de contas da campanha eleitoral, apresentados pelo PCTP/MRPP, padecem da seguinte deficiência:



A. O “ANEXO VIII – Balanço de campanha eleitoral” apresentado pela Candidatura (cfr. fls. 38 do PA) não se encontra elaborado de forma adequada, em virtude da deficiente apresentação das rubricas “Saldo Final da Campanha” e “Caixa e depósitos bancários”. Concretizando:

- i. Na rubrica “Saldo Final da Campanha” deveria ter sido registado o valor de 104,13€, ao invés de saldo nulo, correspondente ao “Resultado líquido da campanha” apresentado no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data do fecho de contas da campanha eleitoral” (cfr. fls. 39 do PA);
- ii. A rubrica “Caixa e depósitos bancários” deveria registar o valor de 104,13€, correspondente ao valor em numerário detido pela Candidatura após fecho da conta bancária da campanha;

B. A Candidatura apresentou o “ANEXO X – Anexo às contas de Campanha” sem qualquer informação (cfr. fls. 40 do PA).

O Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados faz parte do conjunto de demonstrações financeiras a apresentar no processo de prestação de contas. Este documento deve respeitar o detalhe previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (publicada no Aviso 8259/2015 de 29/07), nomeadamente nas alíneas b) e c) do parágrafo 4.18, designadamente apresentar informação acerca das bases de preparação das demonstrações financeiras, bem como proporcionar informação adicional relevante para uma melhor compreensão quer do Balanço quer da Demonstração dos Resultados, e que permita divulgar toda a informação que não seja apresentada no balanço e na demonstração dos resultados e informação adicional que não se encontre refletida nestas demonstrações financeiras, mas que seja relevante para uma melhor compreensão das mesmas.

As situações descritas em A. e B. representam uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma.



Face à inexistência de resposta por parte da Candidatura, uma vez que optou por não exercer o seu direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, por violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma.

2.2. Receita não refletida na conta bancária de campanha (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP)

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas por contribuições de partidos políticos.

Do n.º 2 do citado artigo resulta a obrigatoriedade de que todas as contribuições dos partidos às campanhas, dotações provisórias e contribuições previstas na alínea b) do número anterior, sejam certificadas por documentos emitidos pelos órgãos competentes do respetivo partido.

Por sua vez, decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

No caso em análise, a Candidatura registou no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados da campanha à data do fecho de contas da campanha” e no “Mapa M2 – Conta – Contribuição de Partido(s) Político(s)” as seguintes contribuições do PCTP/MRPP, que perfazem o valor total de 2.150,00€, certificadas por documentos emitidos pelos órgãos competentes do Partido (cfr. fls. 39, 42 e 51 do PA):

- A.** Registo de contribuição de partido político, no valor de 2.000,00€, suportada por transferência para a conta bancária de campanha, datada de 19/10/2020, com o descritivo “TRF.A CRED.SEPA+ PARTIDO COMUN” (cfr. fls. 23 do Anexo I do PA), e;
- B.** Registo de contribuição de partido político, no valor de 150,00€, cujo movimento bancário não foi possível ser identificado na conta bancária de campanha com o IBAN , aberta junto do banco “Santander Totta, S.A.” (cfr. fls. 23 do Anexo I do PA).



Acresce que, na declaração emitida pelos órgãos competentes do PCTP/MRPP, o Partido assume ter realizado esta contribuição por transferência bancária, em 26/10/2020 (cfr. fls. 22 do PA).

Assim, a receita identificada em **B.** ao não se encontrar refletida na conta bancária de campanha conduz à verificação da violação do disposto no artigo 15.º, n.º 3, da Lei n.º 19/2003.

Face à inexistência de resposta por parte da Candidatura, uma vez que optou por não exercer o seu direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, por violação do artigo 15.º, n.º 3, da Lei n.º 19/2003.

2.3. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – produto da atividade de angariação de fundos (Ponto 4.3. do Relatório da ECFP)

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, alíneas c) e d), da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas por donativos de pessoas singulares no âmbito de atividades de angariação de fundos.

Para efeitos não só de transparência das contas, mas também da aferição do cumprimento das restrições constantes do mencionado artigo 16.º, as receitas obtidas no âmbito de angariação de fundos têm de obedecer a uma série de imposições, que vão desde a verificação do limite legal do respetivo valor, a identificação do montante e origem até à necessidade da respetiva discriminação (cfr. artigo 16.º, n.º 4 e artigo 12.º, n.ºs 1, 2 e 3, alínea b), *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, todos do mesmo diploma).

Por sua vez, atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e que estas se encontrem suportadas por documentos de suporte que permitam comprovar estas receitas.

O princípio da representação fidedigna (cfr. parágrafo 33 da Estrutura Conceptual do SNC) estatui que toda a informação deve representar fidedignamente as transações e outros



acontecimentos que ela ou pretende representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente.

Dispõe ainda a alínea b) do n.º 7 do artigo 12.º do mesmo diploma a obrigatoriedade de elaboração de uma lista própria discriminada, a anexar à contabilidade, relativa às receitas decorrentes do produto da atividade de angariação de fundos, com a identificação do tipo de atividade e data de realização. Deste modo, para a aferição da origem de tal receita, a referida lista deve discriminar as receitas e as despesas correspondentes a cada atividade de angariação de fundos.

No caso, a Candidatura registou no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados da campanha à data do fecho de contas da campanha” e no “Mapa M3 – Receitas de Campanha – Produto de Angariação de Fundos” receitas provenientes do produto de angariação de fundos, no valor total de 795,00€, suportadas por recibos emitidos pela Candidatura e por transferências bancárias ou depósitos em numerário para a conta bancária da campanha (cfr. fls. 39, 43 e 69 a 71, do PA e extratos bancários da conta de depósitos à ordem com o IBAN , aberta junto do banco “Santander Totta, S.A.”, a fls. 23 do Anexo I do PA).

Da análise documental efetuada às receitas provenientes da atividade de angariação de fundos denominada “Campanha de Fundos – Eleições ALRAA” foram identificadas as seguintes situações:

- A.** No “Mapa M3 – Receitas de Campanha – Produto de Angariação de Fundos” a Candidatura identificou a atividade “Campanha de Fundos – Eleições ALRAA”, não tendo, contudo, indicado a sua data de realização, violando, por esta via, o disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 12.º da Lei n.º 19/2003 (cfr. fls. 43 do PA);
- B.** Foram registadas as seguintes receitas, suportadas por depósitos bancários que não permitem identificar a respetiva origem:
 - i.** Receita no valor de 500,00€, suportada pelo recibo n.º 1 emitido em nome de “ , datado de 24/09/2020, e por depósito



bancário efetuado em 24/09/2020 com o descritivo “DEPÓSITO NUMERÁRIO”,
e;

- ii. Receita no valor de 70,00€, suportada pelo recibo n.º 6 emitido em nome de
“ ”, datado de 23/10/2020, e por depósito bancário
efetuado em 23/10/2020 com o descritivo “DEPÓSITO NUMERÁRIO”.

As situações supra descritas impedem a verificação e comprovação da origem das
receitas refletidas na conta bancária de campanha, no valor total de 570,00€, o que
configura uma violação do artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003;

- C. Foi registada receita no valor de 70,00€, suportada pelo recibo n.º 5 emitido em nome
de “ ”, no qual consta o montante de 40,00€, e pela
transferência bancária datada de 23/10/2020 com o descritivo “TRANSF
”, no valor de 70,00€.

Tal situação configura uma violação do dever genérico de organização contabilística,
previsto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, por força
da impossibilidade de confirmar a efetividade das receitas obtidas no âmbito da
atividade de angariação de fundos e de corroborar a informação financeira constante
das demonstrações financeiras, do mapa analítico e dos extratos da conta bancária de
campanha.

Em suma, as situações identificadas em **A.**, **B.** e **C.** violam as disposições conjugadas dos artigos
12.º, n.ºs 1, 2 e 7, alínea b), aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, e 16.º, n.ºs 1, alínea d), e 4, todos
da Lei n.º 19/2003.

Face à inexistência de resposta por parte da Candidatura, uma vez que optou por não exercer o
seu direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, por violação dos artigos 12.º,
n.ºs 1, 2 e 7, alínea b), aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, e 16.º, n.ºs 1, alínea d), e 4, todos da Lei
n.º 19/2003.



2.4. Ausência de registo de receita de campanha (Ponto 4.4. do Relatório da ECFP)

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, alíneas c) e d), da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas por donativos de pessoas singulares obtidos no âmbito de atividades de angariação de fundos.

Para efeitos não só da transparência das contas, mas também da aferição do cumprimento das restrições constantes do mencionado artigo 16.º, como já se referiu, as receitas obtidas no âmbito de angariação de fundos têm de obedecer a uma série de imposições, que vão desde o limite do respetivo valor à identificação do seu montante e origem (cfr. artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003).

Como já foi salientado, atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, todas as suas receitas. Acresce que, de acordo com a alínea b) do n.º 3 do mencionado artigo, tais receitas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

In casu, a análise aos movimentos bancários da conta de depósitos à ordem com o IBAN
, aberta junto do banco “Santander Totta, S.A.”, permitiu identificar uma transferência bancária, no valor de 150,00€, com o descritivo “TRF.A CRED.SEPA
”, datada de 26/10/2020, que não se encontra registada nas contas da campanha eleitoral (cfr. fls. 39, 41 a 43, do PA e fls. 23 do Anexo I do PA).

Deste modo, foi violado o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1, 2 e 3, alínea b), aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Face à inexistência de resposta por parte da Candidatura, uma vez que optou por não exercer o seu direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, por violação do artigo 12.º, n.ºs 1, 2 e 3, alínea b), aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.



2.5. Deficiências no suporte documental de algumas despesas (Ponto 4.5. do Relatório da ECFP)

Como já se referiu, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 19/2003, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, as despesas de campanha, que juntamente com as suas receitas têm de se encontrar refletidas na contabilidade, devem ainda ser objeto de discriminação.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo.

Tais despesas devem respeitar os valores de mercado, definidos nos termos do artigo 24.º, n.º 5, da Lei n.º 19/2003, através da publicação pela ECFP de uma lista indicativa do valor dos principais meios de campanha, sendo que a fiscalização a que se refere este artigo respeita quer às contas dos partidos políticos quer às contas das campanhas eleitorais (cfr. n.º 1, do artigo 24.º, da Lei n.º 19/2003).

Feito este enquadramento, para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado é necessário que a estas subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores constantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em *Diário da República, II Série*, n.º 117, de 18 de junho.

No caso, foi registada no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados da campanha à data do fecho de contas da campanha” e no “Mapa M8: Conta – Despesas de Campanha – Estruturas, cartazes e telas” despesa, no valor total de 476,01€, suportada pela fatura n.º “1 2000/000447” do fornecedor “Parallel Rainbow”, datada de 12/10/2020 (cfr. fls. 39, 46 e 72 do PA).

A análise da fatura permitiu verificar que no seu descritivo consta “Produção de cartazes 50x70”, na quantidade de 150 e valor de 295,00€, a que acresce 23% de IVA, sem informação complementar que permita identificar o tipo de impressão, impossibilitando realizar o cotejo entre o valor de aquisição e os valores de mercado constantes da Listagem indicativa n.º 2/2020.



Esta situação configura uma violação do dever genérico de organização contabilística e o incumprimento do regime legal relativo às despesas de campanha eleitoral previstos nos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, todos da Lei n.º 19/2003.

Face à inexistência de resposta por parte da Candidatura, uma vez que optou por não exercer o seu direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, por violação do artigo 12.º, n.ºs 1, e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

3. Decisão

Atentos os elementos recolhidos e analisados em sede de auditoria, a sua sistematização no âmbito do Relatório efetuado, os esclarecimentos ulteriores prestados pelo **PCTP/MRPP** e a sua análise supra, verifica-se que se está perante uma situação de contas prestadas com irregularidades (artigo 43.º, n.º 1, da Lei Orgânica 2/2005):

- a) Verificam-se deficiências no processo de prestação de contas, nomeadamente nas demonstrações financeiras da campanha (ver ponto 2.1.);
- b) Verifica-se incumprimento através de uma receita não refletida na conta bancária de campanha (ver ponto 2.2.);
- c) Verifica-se incumprimento do regime legal das receitas de campanha relativo ao produto da atividade de angariação de fundos (ver ponto 2.3.);
- d) Verifica-se incumprimento através da ausência de registo de receita de campanha (ver ponto 2.4.);
- e) Verificam-se deficiências no suporte documental de algumas despesas (ver ponto 2.5.).

Notifique-se, nos termos do n.º 3 do artigo 43.º da Lei Orgânica 2/2005.

Extraia-se certidão para os efeitos previstos no artigo 44.º da Lei Orgânica 2/2005.



Lisboa, 20 de dezembro de 2024

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador
(Presidente)

João Pires
(Vogal, ROC)